

**MARIA TERESA DAL BIANCO NEGRISOLI
REGINA MARIA SOUZA DE BUENO GIZZI MACHADO**

**EXPORTAÇÕES PARANAENSES: EFEITOS DAS POLÍTICAS
GOVERNAMENTAIS DE 1990 A 2002.**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Blênio César Severo Peixe

**LONDRINA
2003**

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, a Deus, por nos colocar aqui e agora e permitir que façamos as coisas com as quais sonhamos e ficarmos com as pessoas que amamos...

Agradecemos aos nossos companheiros e nossos filhos pela paciência em tolerar nossas ausências sem fazer nenhuma queixa...

Agradecemos à Coordenação da Receita do Estado – CRE e ao CENPRE por oportunizar este Curso de Especialização...

Agradecemos aos professores do Curso de Auditoria Integral pelas brilhantes aulas...

Em especial, agradecemos ao Professor Blênio pela sua dedicação como Coordenador, Professor e Orientador de nosso trabalho de Monografia.

MUITO OBRIGADA!

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO - 1990 – 2002	30
Quadro 2 – PERCENTUAL DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR	31
Quadro 3 – CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL EM %	33
Quadro 4 – EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR AGREGADO – 1990 – 2002	40
Quadro 5 - PERCENTUAL DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR AGREGADO – 1990 –2002	41
Quadro 6 – ARRECADAÇÃO – PARANÁ	46
Quadro 7 – ARRECADAÇÃO POR SETORES	47
Quadro 8 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ICMS BRASIL	49
Figura 1 - EVOLUÇÃO ARRECADAÇÃO – 1994 A 2002	47
Figura 2 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA ARRECADAÇÃO	48

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
LISTA DE TABELAS	III
RESUMO	V
1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	3
2.2. COMÉRCIO EXTERIOR	3
2.2.1. Agentes do Comércio Exterior	6
2.2.2. Política do Comércio Exterior	6
2.3. TEORIA DE HECKSCHER-OHLIN	8
2.4. RESTRIÇÕES COMERCIAIS	12
2.5. MERCADOS E TAXAS DE CÂMBIO	13
2.6. ANÁLISE HISTÓRICA DA PRODUÇÃO	14
2.6.1. Situação Brasileira	14
2.6.2. Situação Paranaense	17
2.7. MODELOS ECONÔMICOS	17
2.8. A GLOBALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO BRASILEIRA	18
2.8.1. O Paraná	19
3. METODOLOGIA	26
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
4.1. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	28
4.2. EXPORTAÇÕES PARANAENSES	38
4.3. REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO PARANAENSE	45
5. CONCLUSÕES	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

RESUMO

NEGRISOLI, M.T.D.B e MACHADO, R.M.S.B.G. EXPORTAÇÕES PARANAENSES: EFEITOS DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE 1990 A 2002. Após analisar várias críticas à política de incentivo à industrialização do Paraná nos vários veículos de comunicação, surgiram dúvidas sobre os benefícios ou prejuízos sociais decorrentes da grande renúncia fiscal feita pelo Governo dos períodos 95/98 e 99/02. Primeiramente, pesquisou-se sobre as exportações paranaenses e brasileiras no período de 1990 a 2002, procurando verificar os anos imediatamente anteriores ao período do Governo analisado, até o seu final. Após, foram colhidos e analisados os dados de fontes oficiais sobre os valores das exportações, divididos em básicos, semimanufaturados e manufaturados, do Paraná e do Brasil. Esses dados foram trabalhados pelas autoras e expressos em valores absolutos e em percentuais. Também foram colhidos dados sobre a arrecadação de ICMS do Paraná, dados estes colhidos em fontes oficiais, no período estudado. Analisou-se a participação do ICMS estadual em relação ao total do ICMS do País, comparativamente a outros Estados da Federação. Os dados foram trabalhados pelas autoras, tabulados e expressos em valores absolutos e relativos. Concluem as autoras que houve aumento significativo das exportações do Paraná com predominância, a partir de 1998, das exportações de produtos industrializados sobre os produtos agrícolas, permitindo supor que houve mudança de perfil do Estado de agrícola para industrial, fato corroborado pelo aumento da arrecadação do ICMS, por setores, com predominância da arrecadação sobre os produtos industrializados. Esta mudança de perfil econômico permite ainda, concluir que houve ganhos sociais para a população paranaense, através do aumento da demanda por mão-de-obra, qualificação da mão-de-obra melhorando os níveis salariais. Com o aumento na Arrecadação, crescem também os investimentos em infra-estrutura, educação e segurança, favorecendo, assim, a população de baixa renda.

Palavras – Chave: Exportações do Paraná; Mudança do Perfil Econômico; Ciclos Econômicos do Paraná; Evolução da Arrecadação do Paraná.

e-mail: mteresa@pr.gov.br e rgizzi@pr.gov.br

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná se constituiu economicamente, por décadas, num estado eminentemente agrícola, devido à sua grande produção de grãos. Suas exportações eram quase que exclusivamente de produtos agrícolas, "in natura", semimanufaturados e manufaturados. Após 1995, o governo do estado procurou atrair indústrias de bens de consumo duráveis, para o Paraná, iniciando esse processo com incentivos fiscais às indústrias, dentre elas as multinacionais, com a intenção de aumentar o valor agregado à produção do estado. Esse comportamento governamental provocou atritos com outros estados da Federação, num fenômeno social denominado guerra fiscal, muito embora tenha, com isso, atraído muitas indústrias para instalarem suas plantas no estado, sendo dada ênfase para a indústria automobilística. Atualmente, essas indústrias estão produzindo para o consumo interno, como também, exportando.

Inicialmente, ao se deparar com a literatura sobre o assunto do desenvolvimento da economia paranaense, em especial à voltada para a exportação, verifica-se que o processo do desenvolvimento - inicialmente dedicado à análise da década de 90, como sendo a inicial para o incremento das exportações - tem suas raízes mais tardias no tempo, remontando à década de 70, quer por fatores externos nacionais e internacionais, quer por incentivos governamentais, quer pela demanda comprimida, fatores esses que estimularam o desenvolvimento, a princípio da agroindústria, e, após, da indústria de bens de consumo duráveis, no estado.

Comparando a evolução das exportações do Paraná durante a década de 90, pode-se concluir que houve mudança no perfil econômico do estado, de agrícola para industrial, nesse período?

De forma afirmativa, parte-se da premissa que, quando há mudanças nas estratégias políticas de um governo, pretendendo implantar novos paradigmas para a condução de ações em determinadas áreas, este direcionamento tende a alterar o perfil econômico de um estado, porque, na prática, há maior incentivo aos setores que se quer mudar, implicando, no caso específico, que a partir da década de 90, pode ter-se modificado o leque de oferta dos produtos exportados, com predominância crescente dos industrializados frente aos agrícolas, ocasionando também o aumento das exportações do Paraná, em quantidades e valores.

Pretende-se evidenciar o ganho em valores agregados à produção do estado e os benefícios sociais gerados a partir desses acréscimos.

Para tanto, o que se tem como objetivo precípua é subsidiar teoricamente a premissa que a mudança do perfil agrícola para o industrial trouxe melhoras para a sociedade paranaense como um todo e para o aumento da arrecadação de impostos, em particular. Especificamente, pretende-se analisar historicamente a economia paranaense e suas exportações, bem como analisar o impacto das mudanças nas políticas governamentais e a sustentação teórica dos resultados obtidos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Historicamente os países buscam as melhorias das condições de vida de seu povo, para tanto procura desenvolver todas as atividades que propiciem um aumento nos ganhos da produção. Isto somente se dará com a prática do comércio, interno e exterior, ou seja, troca de tecnologias e produtos.

2.1. CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, parte-se da idéia que para haver crescimento, este deva ser aliado a um desenvolvimento, isto é, uma melhora das condições sociais de um determinado estado ou país.

Hoje observo dois fenômenos paralelos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento parece um processo fragmentário. Deixa de ter a força fundadora e unificadora que tinha nos anos 60. Isso leva a uma multiplicação conceitual, nem sempre fácil de seguir. Fala-se de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento social, como agora em Copenhague, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento com equidade. Ainda que nessa tendência, haja o risco de se tomar o parcial pelo geral, acredito que ela constitui claramente um ganho. O crescimento da economia passa a ser entendido como elemento de um processo maior e os resultados que produz não se traduzem automaticamente em benefícios na área ambiental ou social. Aliás, a reflexão sobre o problema ecológico é um dos fatores que desfez a simplicidade da hipótese original. De fato, percebeu-se, mesmo nos países desenvolvidos, que o simples crescimento trazia problemas reais, que colocariam dificuldades para sustentar o progresso. Ou, ainda, mais precisamente: era fundamental pensar sobre a natureza do desenvolvimento que queremos. (CARDOSO, 1995, p.150).

O desenvolvimento assim concebido só pode se tornar realidade se o país ou estado estiver inserido internacionalmente, com trocas no comércio, na indústria e de fatores tecnológicos, bem como, mais recentemente, também, financeiramente.

Vista em perspectiva histórica, a situação é paradoxal. Os efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais. A sensibilidade para o internacional passa a ser um requisito indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que essa sensibilidade se volte para as questões de longo prazo. Mais do que nunca, as opções de política econômica devem ser feitas com visão de futuro. Os estímulos que dermos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso. (CARDOSO, 1995, p.150)

2.2. COMÉRCIO EXTERIOR

Inúmeros fatores, como características geográficas, condições econômicas e desenvolvimento tecnológico, influenciam na capacidade de produção de cada país ou região econômica. Entretanto, no que diz respeito à capacidade de atender à variedade de produtos demandados pela sua população doméstica, nenhum país do mundo é auto-suficiente. Seja para consumo interno, seja para incrementar os meios de produção, todos os países necessitam, em algum momento, adquirir mercadorias de outros. Ao mesmo tempo, cada país dispõe de uma produção excedente ou sem importância fundamental para seu desenvolvimento e, nesse caso, torna-se interessante vender tais produtos e comprar, com a receita obtida, o que lhe falta.

O que levam os países a comercializarem entre si? Esta é a questão básica a ser respondida. Muitas explicações podem ser levantadas, como a diversidade de condições de produção, ou a possibilidade de redução de custos (a obtenção de economias de escala) na produção de determinado bem vendido para um mercado global. Os economistas clássicos forneceram a explicação teórica básica para o comércio internacional através do chamado Princípio das Vantagens Comparativas. O Princípio das Vantagens Comparativas sugere que cada país deva se especializar na produção daquela mercadoria em que é relativamente mais eficiente (ou que tenha um custo relativamente menor). Esta será, portanto, a mercadoria a ser exportada. Por outro lado, esse mesmo país deverá importar aqueles bens cuja produção implicar um custo relativamente maior (cuja produção é relativamente menos eficiente). Desse modo, explica-se a especialização dos países na produção de bens diferentes, a partir da qual concretiza-se o processo de troca entre eles (VASCONCELOS e GARCIA, 2001, p. 162).

Desta forma, todas as nações teriam ganhos, produziriam mais aquilo que têm maior facilidade e comprariam o que têm mais dificuldade, logo a produção mundial cresceria, trazendo melhoria do padrão de vida das pessoas das nações envolvidas neste comércio. SALVATORE (2000, p. 192) "De acordo com a teoria tradicional do comércio, se cada nação se especializar na produção da commodity

de sua vantagem comparativa, a produção mundial será mais elevada, e através do comércio, cada uma das nações participará dos ganhos”.

Esta especialização acaba por dividir em dois grupos as nações, aquelas que se especializam em produtos com alto nível de tecnologia, produtos estes com alto valor agregado, são as chamadas nações desenvolvidas, e as nações em desenvolvimento, que acabam por se especializar na produção de produtos primários, em regra geral matérias-primas de baixo valor agregado e de grande flutuação de preços. Estas segundas nações reclamam a condição de eternas dependentes, e a chance de ao longo do tempo apresentar uma mudança de perfil, trazendo assim uma maior renda à sua população, e conseqüentemente uma evolução social.

Com a presente distribuição das dotações de fatores e da tecnologia entre as nações desenvolvidas e aquelas em desenvolvimento, a teoria das vantagens comparativas preconiza, assim, que as nações em desenvolvimento devam continuar a se especializar na produção e exportação de matérias-primas, combustíveis, minerais e alimentos para as nações desenvolvidas em troca de produtos manufaturados... as nações em desenvolvimento acreditam que com este padrão de especialização e comércio estarão relegadas a uma posição subordinada em relação as nações desenvolvidas e impedidas de colher os benefícios dinâmicos da industrialização e de obter a maximização de seu bem-estar a longo prazo. Os benefícios dinâmicos resultantes da produção industrial se expressam através de uma mão-de-obra qualificada, maior número de inovações, preços mais elevados e estáveis para as exportações da nação e renda mais elevada para sua população. (SALVATORE, 2000, p. 193).

Durante os séculos dezessete e dezoito, comerciantes, banqueiros, funcionários públicos e até mesmo filósofos escreveram ensaios e panfletos sobre o comércio internacional que defendiam uma filosofia econômica conhecida como mercantilismo, que consiste na teoria de que uma nação seria mais rica e mais poderosa quanto mais exportasse e menos importasse, o superávit comercial deixaria uma reserva em metais preciosos e, quanto mais metais preciosos uma nação possuísse mais rica e poderosa ela seria.

... os mercantilistas acreditavam que a maneira de uma nação tornar-se rica e poderosa era exportar mais do que importava. O superávit comercial daria ensejo a entrada de ouro, ou metais preciosos, principalmente ouro e prata. Quanto mais ouro e prata uma nação possuísse, mais rica e poderosa seria. Assim, o governo deveria fazer todo o possível para estimular as exportações e, desestimular e restringir as importações (principalmente a importação de bens de consumo supérfluo). (SALVATORE, 2000, p. 17).

2.2.1. Agentes do Comércio Exterior

Parecem ser as empresas e demais agentes econômicos situados em diferentes países que efetuam a compra e a venda internacionais; porém, quando se considera o pagamento das transações feitas, é o nome do país que está em jogo. Assim, ao determinar normas para atuação do comércio internacional, cada país cuida para que sejam honrados os compromissos assumidos pelas empresas, além de procurar promover, no sentido global, a manutenção do equilíbrio da balança comercial ao longo do tempo, para evitar o acúmulo excessivo de um passivo externo.

2.2.2. Política do Comércio Exterior

VASCONCELLOS (2000, p. 354) "A atuação econômica do governo na área externa, pode dar-se por meio da política cambial ou da política comercial. A política cambial diz respeito a alterações na taxa de câmbio, enquanto a política comercial constitui-se de mecanismos que interferem no fluxo de mercadorias e serviços". Esses fatores condicionam o estabelecimento da política de Comércio Exterior, como por exemplo, a preocupação de não prejudicar as transações nem as atividades de produtores e comerciantes em nível internacional. Por outro lado, pode imperar ao mesmo tempo a necessidade de proteger o mercado interno, em determinados momentos, com o intuito de incentivar a produção de bens

concorrentes aos produtos importados e/ou proteger a renda de determinados grupos econômicos. Tais fatores, opostos, determinariam formas de atuação governamental sensivelmente diferentes. Parece ser consenso entre os economistas que as políticas cambiais mais freqüentes são taxas fixas, flutuantes e bandas cambiais.

SALVATORE (2000, p. 18) “Embora a maioria das nações se declare favorável ao livre comércio, a maior parte delas continua a impor muitas restrições ao comércio internacional”.

Ao longo da história das discussões sobre o Comércio Exterior, a questão da livre atuação do negociante e do eventual controle governamental foi a base de duas diferentes doutrinas: o livre-cambismo e o protecionismo. O livre-cambismo não reconhece o sentido econômico das fronteiras entre países e defende que a liberdade de negociar permite a ampliação dos mercados, a especialização internacional e o desenvolvimento da concorrência. Segundo PINTO e FREDES (1970, p. 212) “... repudia qualquer intervenção que possa entravar a livre competição nos mercados...”. Já a idéia base do protecionismo é a de que todo país em processo de evolução industrial precisa proteger seu mercado interno para garantir a ampliação dos meios de produção; para tanto, é necessário maior controle governamental. PINTO e FREDES (1970, p. 213) dizem “... que são legítimas e necessárias certas medidas de resguardo contra a competição exterior a fim de dar oportunidade de crescer e fortalecer as atividades nacionais...” Essas diferentes concepções têm sido alternadamente adotadas pelos governos da maioria dos países, de acordo com os interesses de cada um nas diferentes etapas do seu desenvolvimento.

Até aqui, viu-se que a diferença nos preços relativos das mercadorias entre duas nações é evidência de suas vantagens comparativas e que isso constitui as bases de um comércio mutuamente benéfico. A seguir, o modelo de comércio internacional será ampliado através da análise de seus efeitos sobre os rendimentos dos fatores de produção nas duas nações comerciantes. Examinar-se-á os efeitos do comércio internacional sobre os rendimentos do trabalho, bem como as diferenças internacionais dos rendimentos. Para tanto, será apresentada a teoria de Heckscher-Ohlin de comércio internacional. Ela permite a ampliação do modelo para se examinar as bases das vantagens comparativas e os efeitos do comércio sobre os rendimentos dos fatores das duas nações.

2.3. TEORIA DE HECKSCHER-OHLIN

Segundo SALVATORE (2000, p. 65-71) A Teoria de Heckscher-Ohlin está definida com base no comércio de duas mercadorias entre duas nações. Contudo Heckscher-Ohlin consideravam a presença de dois fatores de produção (mão-de-obra e capital). Além disto Heckscher-Ohlin supunham ainda:

a) ambas as nações utilizam a mesma tecnologia na produção; se os preços dos fatores fossem os mesmos nas duas nações, os produtores de ambas as nações utilizariam exatamente a mesma quantidade de mão-de-obra e capital na produção de cada mercadoria. Como os preços dos fatores geralmente são diferentes, os produtores de cada uma das nações utilizarão maiores quantidades do fator relativamente mais barato na nação, para minimizar seus custos de produção.

b) uma mercadoria é intensiva em mão-de-obra e a outra intensiva em capital nas duas nações; de uma maneira mais técnica e precisa isso significa que a relação trabalho-capital (L/K) é mais elevada para uma mercadoria do que para a

outra nas duas nações com os mesmos custos relativos de fatores. Isso equivale a dizer que a relação capital-trabalho (K/T) é menos elevada para uma mercadoria do que para outra, porém não significa que a relação K/L para uma mercadoria seja a mesma nas duas nações, mas apenas que K/L seja menos elevada de uma mercadoria do que para outra nos dois países.

c) ambas as mercadorias são produzidas sob retornos constantes de escala nos dois países; significa que, aumentando-se a quantidade de mão-de-obra e capital utilizados na produção de qualquer mercadoria, a produção daquela mercadoria aumentará na mesma proporção.

d) existe especialização incompleta na produção em ambas as nações; significa que, mesmo com o livre comércio, as duas nações continuam a produzir ambas as mercadorias. Isso implica que nenhuma das nações é "muito pequena".

e) os gostos são iguais nas duas nações; significa que as preferências da demanda, refletidas na forma e localização das curvas de indiferença, são idênticas em ambas as nações. Assim, quando os preços relativos das mercadorias são iguais nas duas nações, ambas as nações irão consumir as mesmas mercadorias na mesma proporção.

f) existe concorrência perfeita tanto nos mercados de produtos como nos de fatores em ambas as nações; significa que produtores, consumidores e comerciantes de uma mercadoria e da outra em ambas as nações são cada um deles demasiado pequenos para afetar o preço de tais mercadorias. O mesmo ocorre com cada usuário e fornecedor de capital. Finalmente, concorrência perfeita significa que todos os produtores, consumidores e proprietários de fatores de

produção possuem perfeito conhecimento dos preços das mercadorias e dos rendimentos dos fatores em todas as regiões da nação e em todas as indústrias.

g) existe mobilidade perfeita dos fatores em cada uma das nações, porém não há mobilidade internacional dos fatores; significa que a mão-de-obra e o capital têm flexibilidade para deslocar-se e, com efeito, deslocam-se rapidamente de áreas e indústrias com rendimentos inferiores para áreas e indústrias com rendimentos mais elevados, até que os rendimentos para o mesmo tipo de mão-de-obra e de capital sejam os mesmos em todas as áreas, utilizadas em indústrias da nação. Por outro lado, a mobilidade internacional dos fatores é nula de forma que as diferenças internacionais nos rendimentos dos fatores persistiriam indefinidamente na ausência do comércio internacional.

h) não existem custos de transporte, tarifas ou outros obstáculos ao livre fluxo do comércio internacional; significa que a especialização na produção prossegue até que os preços relativos (e absolutos) das mercadorias sejam os mesmos em ambas as nações com comércio.

i) todos os recursos são plenamente empregados em ambas as nações; significa que não existem recursos ou fatores de produção ociosos em nenhuma das nações.

j) o comércio internacional entre as duas nações encontra-se em equilíbrio. Significa que o valor total das exportações de cada nação é igual ao valor total de suas importações.

Como a teoria de Heckscher-Ohlin a ser apresentada é expressa em termos de intensidade de fatores e abundância dos fatores é crucial que o significado

desses termos esteja muito claro e preciso. Em um universo de duas mercadorias e dois fatores. SALVATORE (2000, p. 66) diz que "... a *commodity* Y é capital-intensiva se a relação capital-trabalho (K/L) utilizada na produção de Y for mais elevada do que a relação K/L utilizada na produção de X". Observe-se que não é a quantidade absoluta de capital e mão-de-obra utilizada na produção das duas mercadorias que importa para medir a intensidade do capital e da mão-de-obra dessas mercadorias, mas sim a quantidade de capital por unidade de trabalho (i.é., K/L).

Existem duas maneiras de definir abundância dos fatores. Uma delas é

"... em termos de unidades físicas (i.e., em termos da quantidade geral de capital e mão-de-obra disponível para cada nação). Outra forma de definir abundância de fatores é em termos de preços relativos dos fatores (i.e., em termos do preço do capital e do preço do tempo da mão-de-obra em cada nação)". De acordo com a definição em termos de unidades físicas, a nação 2 será capital-abundante se a relação entre a quantidade total de capital e a quantidade total de mão-de-obra (TK/TL) disponível na nação 2 for superior à da nação 1. ...Observe-se que não se trata da quantidade absoluta de capital e mão-de-obra disponível em cada nação que importa, mas sim a relação entre a quantidade total de capital e quantidade total de mão-de-obra. Assim a nação 2 pode possuir menos capital do que a nação 1 e ainda assim ser a nação capital-abundante se TK/TL da nação 2 exceder TK/TL da nação 1. De acordo com a definição em termos de preços de fatores, uma nação será capital-abundante se a relação entre o preço do capital e o preço do tempo da mão-de-obra for inferior nessa nação à da outra nação. Como o preço do capital é geralmente tido como sendo a taxa de juros (r), enquanto o preço do tempo de mão-de-obra é a taxa salarial (w), novamente, não é o nível absoluto de " r " que determina se uma nação é abundante em capital (K), mas sim " r/w ". (SALVATORE, 2000, p. 68).

A vista das hipóteses apresentadas acima, a teoria de Heckscher-Ohlin pode ser enunciada da seguinte maneira: SALVATORE (2000, p. 70) "uma nação exportará a *commodity* cuja produção exija a utilização intensiva de seu fator

relativamente abundante e barato e importará a *commodity* cuja produção exija a utilização intensiva do seu fator relativamente escasso e raro. Em resumo, a nação relativamente rica em mão-de-obra exporta a *commodity* relativamente intensiva em mão-de-obra e importa a *commodity* relativamente intensiva em capital”.

Portanto, o teorema de Heckscher-Ohlin postula que a diferença na abundância relativa e custos dos fatores é a causa da diferença nos preços relativos das mercadorias, com economia fechada, entre duas nações. Esta diferença nos preços relativos dos fatores e nos preços relativos das mercadorias traduz-se, então, em uma diferença nos preços absolutos dos fatores e das mercadorias entre as duas nações. Essa diferença nos preços absolutos das mercadorias entre as duas nações é que é a causa imediata do comércio. Nesse sentido, o comércio internacional seria intenso entre países que possuíssem dotações de fatores de produção significativamente diferentes e pouco significativos naqueles com dotações semelhantes.

Enfim, conforme a teoria de Heckscher-Ohlin, um país ou região com alta dotação de terra tenderia a produzir e exportar produtos intensivos no fator de produção terra, isto é, produtos agrícolas. Por sua vez, um país ou região com grande dotação de capital produziria e exportaria bens manufaturados intensivos em capital. O que essa teoria não explica ou não se preocupa em explicar é como um país ou região adquire sua dotação de fatores de capital ou de trabalho qualificado.

2.4. RESTRIÇÕES COMERCIAIS

Vimos que o Livre Comércio entre as nações maximiza a produção mundial e beneficia todas as nações. No entanto, praticamente todas as nações impõem algumas restrições ao livre fluxo do comércio internacional. O tipo mais importante

de restrição comercial tem sido historicamente, a tarifa. SALVATORE, (2000, p. 131) “A tarifa é uma taxa de imposto cobrada sobre a *commodity* comerciada quando esta atravessa a fronteira nacional”.

Embora as tarifas tenham sido historicamente a forma mais importante de restrição comercial, existem muitos outros tipos de barreiras comerciais, tais como as quotas de importação, restrições voluntárias às exportações e ações antidumping. À medida que se negociava a redução das tarifas, durante o pós-guerra, crescia a importância das barreiras comerciais não-tarifárias. SALVATORE (2000, p. 151) “A quota é a barreira não-tarifária mais importante. Trata-se de uma restrição quantitativa direta à quantidade de uma *commodity* que se permite que seja importada ou exportada”.

SALVATORE (2000, p. 152) “... as restrições voluntárias às exportações (RVEs – *voluntary export restraints*). Estas se referem ao caso em que um país importador induz uma outra nação a reduzir as suas exportações de uma *commodity* “voluntariamente”, sob a ameaça de restrições comerciais abrangentes mais elevadas, quando tais exportações ameaçam toda uma indústria doméstica”.

SALVATORE (2000, p. 155) “... dumping é a exportação de uma *commodity* a um preço abaixo do custo, ou pelo menos a venda de uma *commodity* a um preço externo inferior que o interno”.

2.5. MERCADOS E TAXAS DE CÂMBIO

SALVATORE (2000, p. 248) “... o mercado de câmbio é aquele em que indivíduos, empresas e bancos, compram e vendem moedas estrangeiras ou câmbio estrangeiro”.

A demanda de moeda estrangeira surge quando turistas visitam um outro país e têm necessidade de cambiar a sua moeda nacional pela do país em que se encontram, quando uma empresa doméstica deseja importar de outros países, quando um indivíduo tem a intenção de investir no exterior e assim por diante.

SALVATORE (2000, p. 250) "... taxa de câmbio poderia ser definida como sendo o preço em moeda estrangeira de uma unidade da moeda doméstica".

2.6. ANÁLISE HISTÓRICA DA PRODUÇÃO

Veremos a seguir alguns apontamentos sobre a produção do Paraná e do Brasil objetivando compará-las para tirar as conclusões sobre a evolução da paranaense em relação à brasileira.

2.6.1. Situação Brasileira

Pressupõe-se que um grande país como o Brasil em extensão territorial, riquezas naturais e contingente populacional consideráveis, fosse capaz de produzir suficientemente para atender a sua demanda interna, ou seja, fosse auto-suficiente. Porém, pela falta de investimentos no desenvolvimento tecnológico e na qualificação de sua mão-de-obra, o país depende da importação de máquinas e equipamentos de alta tecnologia para garantir a sustentação de sua economia.

Nosso país, dada sua vasta extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, a variedade de seu clima e a riqueza de seu solo e subsolo, ou seja, a abundância de suas reservas naturais, depende menos, proporcionalmente, do comércio externo do que a maioria das nações. Isto, entretanto, não quer dizer que o comércio exterior deixe de ser importante para nós. Apesar das condições favoráveis, o Brasil depende da importação de algumas matérias-primas e do petróleo. Depende igualmente, da importação de máquinas e equipamentos, não produzidos no país, essenciais ao funcionamento do nosso parque industrial. Dessa base tecnológica dependemos, principalmente para garantir a implantação da infra-estrutura indispensável à sustentação da nossa economia. (LOPES, 1999, p. 14)

A queda da taxa de câmbio real, a partir de 1987, e suas acentuadas oscilações nos últimos anos são apontadas como fundamentais para o comportamento das exportações brasileiras. A sobrevalorização da taxa de câmbio real tornou-se mais acentuada a partir do final de 1988, tendo esse indicador atingido o mais baixo nível no início de 1990, acumulando um atraso cambial de 43,9%. A partir daí, iniciou-se um período de oscilações ainda mais acentuadas: após a desvalorização ocorrida no final de 1990 e início de 1991, passou-se por um rápido período de deterioração cambial até meados de 1991, quando ocorreu novamente uma inversão e o câmbio real sofreu outra tendência de alta, porém de curta duração.

Além da política cambial desse período, outros fatores fizeram com que o Brasil tivesse um forte viés anti-exportador, pois a política comercial protegia os insumos, tributava as exportações e isentava as importações subsidiadas. Em torno de 40 a 50% da renda agrícola foi transferida para os estados e para os importadores que pagavam menos pelo câmbio do que pagariam numa situação de câmbio ajustado.

Em síntese, as exportações de produtos agrícolas tiveram por parte da política governamental um tratamento diferenciado do que foi dado aos produtos manufaturados, não tendo usufruído, especialmente nas últimas décadas, de políticas de incentivo, ao contrário, sofreram restrições impostas por medidas governamentais. Com o objetivo de controlar os preços dos alimentos e produzir *superávits*, sem elevar os preços internos, as autoridades vêm fazendo uso da política cambial, de impostos de exportação e de controle de preços.

Internamente, em razão dos planos mais recentes de ajustamento econômico (a partir de 1986) impostos à economia brasileira, que puseram fim ao sistema de financiamentos a taxas subsidiadas e reduziram os gastos públicos e outros incentivos à modernização, ficou cada vez mais difícil para o Brasil gerar *superávits* comerciais agrícolas. Este cenário atual tem raízes históricas, por não ter o desenvolvimento do setor ocupado espaço prioritário na formulação das estratégias econômicas dos sucessivos planos governamentais postos em prática desde a Segunda Guerra Mundial.

Analisando o setor exportador agrícola, LOPES (1999, p. 25) confirma essa ausência de estímulos desde 1946, apesar do já evidente desequilíbrio do balanço de pagamentos. Além do declínio da taxa de câmbio real, as exportações agrícolas eram controladas por um sistema de licenciamento prévio e, mais tarde, por cotas, impostos e proibições.

Há certo consenso entre os trabalhos que analisaram a política agrícola no Brasil sobre a histórica taxação ao setor exportador. Apesar das políticas setoriais destinadas à agricultura, como preços mínimos, crédito rural e programas específicos de fomento, as políticas macroeconômicas afetaram a agricultura de exportação de forma mais intensa. Os profundos efeitos que essas políticas exerceram sobre os preços relativos e sobre a lucratividade da agricultura influenciaram, negativamente, o crescimento do setor com conseqüentes efeitos alocativos, que, em geral, atuaram no sentido contrário ao das políticas setoriais, com significativo desperdício de recursos. A política de promoção das exportações do período pós-64 foi direcionada para o setor de manufaturas, excluindo a agricultura que, não só continuou participando marginalmente do comércio exterior,

como também sofreu uma taxação implícita, dado o desvio de recursos para a atividade subsidiada. A melhor performance das exportações agrícolas na década de 70 não é explicada por políticas diretas de incentivo, mas por um conjunto de fatores, como melhoria do preço internacional das *commodities* e efeitos da modernização estimulada pelas políticas setoriais que induziam a utilização de insumos industriais. Esses incentivos que sustentaram o crescimento do setor foram gradualmente abandonados nos anos 80, em virtude do quadro internacional recessivo.

2.6.2. Situação Paranaense

A interpretação do início da década de 90 é bastante difícil, pois a situação brasileira, politicamente, trouxe instabilidade, e segundo ROLIM (1995, p. 77-78) "... o impacto do governo Collor, a forma como este governo finalizou, a interinidade de Itamar Franco, o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, a abertura comercial, o chamado neoliberalismo e a chamada globalização, são fenômenos ainda não muito claros e difíceis de serem avaliados na totalidade".

O Paraná findou os anos oitenta e entrou na última década do século XX com profundas transformações na sua estrutura produtiva. A agropecuária tem cada vez menos peso na composição do produto; a indústria aumenta, embora a extrativa e de transformação tenha perdido espaço para a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública; Há um grande avanço do setor terciário. (ROLIM, C. F. C., 1995, p. 79)

2.7. MODELOS ECONÔMICOS

Diferentes fatores contribuíram para a conformação desse contexto de crescimento e crise do setor exportador agrícola brasileiro. A alternância de modelos de desenvolvimento fechados e liberalizantes, contrastando medidas de estímulo do crescimento das exportações com políticas de valorização do mercado interno, e as

condições externas prevaletentes em diferentes momentos, forçaram o setor aos ajustes necessários para enfrentar as crises.

2.8. A GLOBALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO BRASILEIRA

A realidade avança na eficiência tecnológica e no processo de integração e liberalismo econômico. O comércio agrícola mundial e, conseqüentemente, o brasileiro sofrem influência crítica do protecionismo dos grandes blocos econômicos e das barreiras comerciais em geral. Decisões importantes começam a ser tomadas pelo Brasil no sentido da liberalização como redução tarifária e de subsídios, embora tais decisões sejam ainda incipientes para reverter um sistema mais voltado para uma economia fechada. A integração econômica, embora suscetível às crises internas dos países formadores, é também uma realidade (MERCOSUL), cujo objetivo é impulsionar as transações intrabloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), por meio do estabelecimento da tarifa zero, e com o resto do mundo pela fixação da tarifa externa comum. Assim também, prenuncia-se uma maior inserção com a prometida e discutida ALCA, cuja aprovação ainda está sendo avaliada pelo governo brasileiro, como pelos demais países da região.

A abertura externa valoriza a competitividade, cujos elementos essenciais são a incorporação de progresso tecnológico e o domínio da tecnologia a que está atrelada a eficiência do sistema agroindustrial. Pode-se observar, então, a reorganização da estrutura da pauta de exportações, em que passam a surgir, como eixos dinâmicos, os sub-setores que conseguiram avançar na maior incorporação de valor ao produto.

Com esses objetivos, este trabalho apresenta, inicialmente, uma análise do desempenho e da evolução da estrutura da pauta de exportações brasileiras, considerando cada complexo agroindustrial exportador e também em nível agregado, a partir da classificação dos produtos em básicos, semimanufaturados e manufaturados, de forma a verificar as principais tendências ocorridas nos padrões do comércio do Brasil com o exterior.

2.8.1. O Paraná

Faz-se necessário, neste ponto, adicionar elementos históricos para um melhor entendimento da dinâmica do desenvolvimento econômico do Paraná e seu potencial exportador.

Assim, Laércio Barbosa Pereira, concluiu que:

Todas as decisões importantes envolvendo a economia paranaense foram tomadas, até o final dos anos 20, considerando apenas os interesses externos, a saber, ciclo da mineração, ocorrido devido ao interesse europeu pelo metal precioso; tropeirismo/pecuária, atividades que nada tiveram a ver com o Paraná, sendo este apenas um ponto de passagem obrigatório para as tropas e rebanhos; atividade ervateira que dependia inteiramente do comportamento do mercado internacional, só se tornando economicamente importante quando o seu grande concorrente, o Paraguai, foi praticamente eliminado por questões da Guerra do Paraguai e de relacionamento com os importadores; a atividade madeireira sofria os mesmos problemas da ervateira e, portanto, não conseguiu prosperar. (PEREIRA, 1995, p.31).

PADIS, P. C. (1981, p. 213) “No final dos anos 20, inicia-se o declínio da atividade primário-exportadora e a economia paranaense entra em total retrocesso, uma vez que o setor secundário inexistia e a dinamicidade do terciário dependia dos dois primeiros”.

... não teve condições de encontrar uma saída. Mas quedou-se na expectativa de um novo evento que, por reflexo, criasse novas condições de crescimento. E este, quando sobreveio, mais uma vez o foi por decisão movida pelo exterior: capitais ingleses aplicados na região provocaram um novo surto de progresso. Por outro lado, a expansão da cafeicultura paulista foi o fator determinante a consolidar o maior empreendimento imobiliário de que o País tinha notícia até então. A partir de 1945, e em pouco mais de uma década os cafezais se estenderam por toda a região

norte do Paraná, garantindo-lhe o primeiro lugar entre os Estados produtores (PADIS, 1981, p.213).

PEREIRA (1995, p. 33). "No período de 1950/1970, outro acontecimento importante: a colonização da região do Oeste paranaense, feita por gaúchos, que tentavam resolver os seus problemas de excedente populacional. Na colonização dessas regiões não houve, praticamente, nenhuma participação dos governos do estado do Paraná".

A colonização dessas regiões, a partir de pequenas propriedades, resolveu grande parte de dois importantes problemas sociais, ou seja: absorveu, produtivamente, grande contingente de mão-de-obra excedente, no período de 1940/1970; produziu alimentos que, em parte resolveram o problema alimentar do Paraná e, de certa forma, do Brasil, na medida em que exportava excedentes para outros estados brasileiros, e, ainda contribuiu para a balança comercial brasileira, como no caso do café, cuja produção era exportada para o exterior. Apesar de toda euforia em torno da atividade cafeeira, a partir dos anos 40, esta já havia deixado de ser dinâmica, cedendo lugar para a atividade industrial. Como a indústria paulista partiu na frente, toda a economia brasileira foi mobilizada no sentido de atender aos interesses da nova atividade dinâmica. Passa por estes interesses a grande perda de autonomia dos Estados. Assim, na nova divisão regional do trabalho, coube ao estado do Paraná, com seus imensos cafezais, inicialmente, o cumprimento de dois objetivos: gerar divisas para atender às necessidades de importações da indústria paulista e absorver os excedentes populacionais. Posteriormente, nos anos 60, esses objetivos se ampliaram, ou seja, o Estado deveria tornar-se importador das manufaturas paulistas e exportador de alimentos para atender a demanda dos grandes centros urbanos.(PEREIRA, 1995, p. 33-34).

A partir da institucionalização da chamada estratégia de modernização tecnológica da agropecuária brasileira, alteram-se os objetivos postos a esta agropecuária e, notadamente, a paranaense, que já contava com um significativo patamar de acumulação, principalmente entre os produtores de café da região norte, quais sejam: formar um amplo mercado para os chamados insumos modernos como máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes e herbicidas; produzir matéria-prima para abastecer as agroindústrias processadoras e exportadoras e, assim, ampliar a geração de divisas.

O grande esforço do país no sentido de viabilizar estes objetivos, que se constituíam exigências, em especial, dos grandes empresários que aqui se instalavam, implicou profundas transformações na estrutura produtiva da agropecuária brasileira e, especialmente, a paranaense, nos anos 70.

Lourenço explica a debilidade da base econômica do Paraná no começo dos anos 60

...sustentada numa indústria associada à produção primária e de baixo grau de elaboração (principalmente beneficiamento de madeira e café). Tratava-se de uma atividade quase rudimentar dedicada ao primeiro processo de produtos agrícolas e/ou florestais, utilizando-se de tecnologia pouco elaborada e apresentando reduzida escala de produção, destinada, fundamentalmente, aos mercados locais. Por tudo isso, o Paraná tenta superar essa situação de extrema fragilidade dos anos 60, montando uma espécie de modelo de desenvolvimento materializado na criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) em 1962, objetivando atender às exigências de uma estratégia de desenvolvimento, ou, mais especificamente de financiamento da infra-estrutura básica do Estado, condição essencial para a dinamização do escoamento da produção agrícola e o posterior recebimento da indústria.(LOURENÇO, G. 2000, p. 50).

PEREIRA (1995, p. 35) afirma que “Alguns fatores concorrem para o grande salto quantitativo e qualitativo da economia paranaense nos anos 70”, quais sejam: “... grande interesse do capital oligopolista internacional ligado aos CAIs (Complexo Agroindustrial) sem ampliar suas operações no exterior ...” ; “... grande esforço do Estado brasileiro, a partir de suas políticas institucionais para o setor agroindustrial, no sentido de fixar nexos de relações interindustriais entre a agricultura e indústria...” ; “... grande crescimento industrial brasileiro a partir de 1968, que fundamenta-se, inicialmente, na ocupação da capacidade ociosa existente, e, posteriormente, em um processo de realização de novos investimentos industriais, visando ao aumento da capacidade produtiva ...”; “... grande esforço dos governos paranaenses na década de 60, no sentido de romper a extrema fragilidade da economia estadual ... “. “... grande urbanização da população brasileira e,

fundamentalmente, paranaense que aliada às mudanças de hábitos dos indivíduos, resulta em significativo crescimento do mercado para as indústrias localizadas a jusante da agropecuária”. “... alta cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional”.

O Paraná, já modernizado tecnologicamente, destacava-se com seu potencial agropecuário, atraindo grandes empresas ligadas ao capital internacional, algumas delas já localizadas em outros estados e que se transferem ou ampliam suas operações, incluindo plantas industriais, para o Paraná.

... Simultaneamente à expansão dessas empresas, o crescimento das cooperativas - em grande parte impulsionado pelas políticas institucionais e pela expansão da soja - desempenha um papel importante no processo de modernização da agricultura paranaense, contribuindo na transformação da estrutura produtiva do estado. A expansão das cooperativas manifestou-se, principalmente, em direção a uma maior participação na agroindústria alimentar, tanto no beneficiamento, já tradicional, como na fabricação de produtos de laticínios, abate de animais e produção de óleos vegetais, adicionando valor à produção agropecuária paranaense (PEREIRA, 1995, p. 36).

No caso específico do Paraná, objeto de nosso estudo, pretende-se demonstrar que a transformação econômica do estado deveu-se à agricultura inicialmente e, associada a esta, posteriormente, à agroindústria e à indústria de bens duráveis, esta mais recentemente, como também demonstrando seus reflexos nas exportações. Segundo PEREIRA (1995, p. 31), “o processo de transformações da estrutura produtiva da agroindústria paranaense centraliza-se no período de 1970/1985. Observou-se que essas transformações se exprimiram num estreitamento das relações intersetoriais agricultura/indústria, resultando no surgimento e consolidação dos grupos agroindustriais situados a jusante da agropecuária”. O interesse do capital oligopolizado (nacional e internacional), a ação do Estado, as condições favoráveis para os produtos de origem agropecuária no mercado internacional no início dos anos 70, bem como o crescente processo de

industrialização/urbanização, com o crescimento no contingente de trabalhadores empregados e a diversificação dos padrões de consumo que aumentaram a demanda por produtos de origem agropecuária, são fatores que estimularam o processo de consolidação das agroindústrias no Paraná, ocasionando transformações significativas na estrutura produtiva do estado. Os grupos mais recentes e oligopolizados foram os que, de um lado, apresentaram os melhores desempenhos em termos de produtividade e valores agregados, e, por outro, apresentaram as mais baixas participações dos salários nestes valores agregados. A concentração desigual desses excedentes destinados, fundamentalmente, para lucros, sem dúvidas, comprometeu um melhor desempenho da economia paranaense, especialmente quando o processo de industrialização/urbanização perdia intensidade. A economia paranaense e, em especial, o seu complexo agroindustrial passou por profundas transformações em sua estrutura produtiva, a partir do início dos anos 70.

Embora prematura, e, num entendimento parcial da dinâmica do processo, afirmou-se, inicialmente, que as decisões governamentais foram determinantes para a crescente industrialização do estado. No entanto, induz-se a pensar que a visualização e compreensão das causas dessas transformações corroboram-se pelo entendimento dos elementos determinantes da dinâmica de funcionamento da atividade produtiva capitalista, pois os componentes da demanda agregada desempenham um papel determinante. O grau de utilização da capacidade produtiva é determinado pela demanda, o que significa dizer que determinada quantidade de mercadorias é produzida, não devido à capacidade de produção do sistema, mas devido às condições de comercialização, isto é, pela capacidade de consumo da

sociedade. Se não existir demanda suficiente, a produção não se concretiza e a capacidade produtiva fica parcialmente ociosa. Logo, verifica-se que do lado da demanda se originam os principais estímulos e obstáculos para a atividade econômica.

PEREIRA (1995, p. 40) ainda constata que "... na estrutura produtiva e no desempenho da agroindústria paranaense no período de 1970/1985, torna-se necessário observar as articulações da economia paranaense com a economia brasileira e mundial, considerando, principalmente, os impactos da demanda dos produtos agroindustriais oriundos das transformações ocorridas na economia no período".

Em contrapartida, os governos estaduais do Paraná, de uma ou outra maneira, nos anos seguintes conseguiram sintonizar-se com as tendências políticas federais, as diversas crises financeiras e as mudanças nas políticas monetárias e fiscais.

LOURENÇO (2000, p. 57) diz que "... o Paraná revelou enorme capacidade de sincronização com tais condicionantes, ou mesmo de cumprimento dos requisitos neles embutidos, especialmente em virtude de sua posição geográfica estratégica e de sua rede de infra-estrutura".

No final dos anos 80, a cultura da soja perdeu a sua hegemonia

...pelo grande deslocamento dos produtores e capitais agro-industriais para a região centro-oeste do país, denominada Região de Expansão. Contribuíram para esses deslocamentos, entre outros fatores, os incentivos fornecidos pelo governo do Estado do Paraná aos setores desvinculados dos produtos alimentares. Esses incentivos faziam parte de um conjunto de políticas para a modernização do parque industrial a fim de aumentar a participação do Estado no total da produção industrial nacional. A ação do governo paranaense estava fundamentada no processo de desconcentração industrial do Sudeste do país. (MEDEIROS et alii, 1998, p. 53).

A partir dessas transformações ocorreu um distanciamento entre os setores urbano e rural do Estado. Enquanto a agricultura perdia dinamismo, e a população tornava-se cada vez mais empobrecida em decorrência do esgotamento do modelo baseado em modernizações tecnológicas, o setor urbano, por sua vez, incorporava as tendências da economia urbano-industrial brasileira, apresentando, portanto, um desempenho mais dinâmico. Desta forma, o Paraná passou a ser dividido em duas regiões:

A urbana abrangendo parte do antigo território do Paraná tradicional, estendendo-se, grosso modo, de Paranaguá até a área de influência imediata de Ponta Grossa, sob a égide da Região Metropolitana de Curitiba, e a outra, a do agrobusiness, abrangendo as demais partes do Estado, excetuando-se Foz do Iguaçu. (ROLIM, 1995, p. 81)

Com isso, não se compara o Paraná Urbano, moderno, a um Paraná Arcaico, o do *agrobusiness*, nem mesmo um Paraná Dinâmico a um Paraná Atrasado, o que se distingue são dois Paranás envolvidos em processos de dinâmicas distintas. ROLIM (1995, p. 82) "... Evidentemente a segmentação não é absoluta, há mesmo uma certa interdependência entre os processos, ainda que reduzida, e pontos de contato entre eles". Essa afirmação reforça a idéia que, embora esses dois Paranás coexistam no mesmo território, os interesses e as dinâmicas são distintos e, mesmo, conflitantes.

3. METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa documental sobre a história dos ciclos econômicos e das exportações do Paraná, após, realizou-se a análise estatística sobre a produção e exportação do estado no período de 1990 a 2002, comparativamente à brasileira, apresentando demonstrativo e análise da arrecadação nesse período.

Os passos para o desenvolvimento do trabalho foram:

- a. Pesquisa teórica.
- b. Pesquisa documental.
- c. Comparativo entre as exportações agrícolas e industriais do Paraná.
- d. Comparativo entre as exportações brasileiras e paranaenses.
- e. Análise do desempenho da arrecadação nesse período.

Depois de analisar várias críticas à política de incentivo à industrialização do Paraná nos vários veículos de comunicação, surgiram dúvidas sobre os benefícios ou prejuízos sociais decorrentes da grande renúncia fiscal feita pelo Governo dos períodos 95/98 e 99/02.

Primeiramente, pesquisou-se sobre as exportações paranaenses e brasileiras no período de 1990 a 2002, procurando verificar os anos imediatamente anteriores ao período do Governo analisado, até o seu final.

Após, foram colhidos os dados de fontes oficiais sobre os valores das exportações, divididos em básicos, semimanufaturados e manufaturados, do Paraná e do Brasil. Esses dados foram trabalhados pelas autoras e expressos em valores absolutos e em percentuais e demonstrados em forma de Quadros.

Também foram colhidos dados sobre a arrecadação de ICMS do Paraná, dados estes colhidos em fontes oficiais, no período estudado. Analisou-se a

participação do ICMS estadual em relação ao total do ICMS do País, comparativamente a outros Estados da Federação. Dados trabalhados pelas autoras, tabulados e expressos em valores absolutos e relativos, demonstrados em Quadros e Figuras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo compararemos a produção, exportação, arrecadação e ganhos sociais, do Paraná e do Brasil, procurando evidenciar os resultados das políticas governamentais adotadas no período analisado.

4.1. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Pesquisa-se agora, o comportamento das exportações brasileiras na década de 90. As exportações somaram US\$ 421,7 bilhões no período de 1990-99.

O período de 1990 a 1999 compreendeu fases distintas no tocante ao volume e ao perfil do comércio exterior brasileiro, durante as quais houve uma crescente integração internacional.

A evolução do comércio exterior refletiu em grande parte as direções assumidas ao longo do período pela política cambial e comercial, bem como por outros instrumentos de política econômica que o afetam. Durante a maior parte dos anos 80 superávits comerciais foram priorizados em decorrência dos problemas com a dívida externa, o que se traduziu em cuidados para que as taxas de câmbio não ficassem para trás em relação ao ritmo inflacionário. Ao mesmo tempo, as políticas protecionistas – tarifárias e não tarifárias – do período de industrialização foram preservadas.

Nos anos 90, a abertura econômica resultou em crescentes importações. A renegociação da dívida externa e um novo e intenso fluxo de ingresso de capital de curto prazo retiraram os megasuperávits comerciais da agenda de prioridades dos formuladores de política econômica. A partir de meados de 94, a âncora cambial instituída pelo Plano Real passou a cumprir papel importante na política de combate à inflação, pressionando para baixo os preços dos bens comercializáveis.

Em meados de 1998, houve queda nas exportações totais da ordem de 10,8%, em relação ao mesmo período de 1997. Esse comportamento seguiu a tendência de retração da demanda internacional por conta da crise asiática, agravada pela moratória russa, em agosto, com sérias conseqüências em particular para as economias em desenvolvimento.

A crise financeira asiática em 1997, seguida da moratória russa em meados de 1998 e os efeitos de contágio dessa última, aceleraram, contudo, a mudança de regime cambial para sua flexibilização completa, ao provocar grande saída de capital entre agosto e dezembro de 1998.

Os fluxos de exportação e importação totais durante o período 1980 a 1999 também sofreram mudanças significativas em sua composição. Os produtos básicos (minério de ferro, farelo de soja, soja em grão, café em grão, fumo em folha, carne de frango, açúcar demerara, carne bovina, etc.), que constituíam 42% da pauta de exportações em 1980, responderam por apenas 25,7% em 1998, e 25,09% em 1999. Já os produtos manufaturados (automobilístico, suco de laranja, motores de pistão, bombas e compressores, pneumáticos, café solúvel, papel, motores e geradores, açúcar refinado, cigarros, móveis, produtos químicos, laminados planos de ferro e aço, têxtil e calçados, etc.) passaram de 55% em 1990 para 58% em 1999. Por seu turno, os semifaturados (celulose, produtos de ferro e aço, alumínio bruto, açúcar cristal, óleo de soja bruto, couros e peles, ferro gusa, ferro-ligas, ouro para uso não monetário, ligas de alumínio, etc.) cresceram de 16,4% em 1990 para 16,9% em 1999.

Quadro 1

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO 1990-2002

ANOS	BÁSICOS	INDUSTRIALIZADOS			TOTAL
		SEMIFATURADOS	MANUFATURADOS	INDUSTRIALIZADOS	
	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)
1990	8.764.580	5.107.742	17.180.318	22.288.060	31.052.640
1991	8.732.726	5.361.609	17.184.134	22.545.743	31.278.469
1992	8.834.571	5.165.881	21.504.689	26.670.570	35.505.141
1993	9.365.538	5.445.211	23.436.889	28.882.100	38.247.638
1994	11.058.555	6.893.229	25.163.747	32.056.976	43.115.531
1995	10.968.643	9.146.677	25.770.853	34.917.530	45.886.173
1996	12.183.988	8.352.892	26.387.645	34.740.537	46.924.525
1997	14.473.708	8.478.309	29.194.245	37.672.553	52.146.262
1998	12.969.782	8.111.590	29.382.151	37.493.741	50.463.523
1999	11.827.599	7.981.770	27.329.932	35.311.702	47.139.301
2000	12.561.835	8.498.834	32.528.173	41.027.007	53.588.842
2001	15.342.061	8.243.325	32.900.772	41.144.097	56.486.158
2002	16.952.342	8.964.123	33.001.498	41.965.274	58.917.309

Fonte: IPARDES – Dados trabalhados pelas autoras

O quadro 1 acima mostra que desde o início do período houve um crescimento constante no total de exportações Brasileiras tendo seu pico em 1997, devido à desvalorização da moeda brasileira, havendo oscilações nos períodos seguintes superando o pico de 1997 somente no ano de 2000, atingindo o seu máximo no último ano do período estudado.

Desdobrando a análise acima, nota-se que os picos nos produtos básicos e industrializados ocorreram basicamente nas mesmas épocas com pequenas variações.

Quadro 2

**PERCENTUAL DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
POR FATOR AGREGADO 1990-2001**

ANOS	BÁSICOS	INDUSTRIALIZADOS		
		SEMIFATURADOS	MANUFATURADOS	INDUSTRIALIZADOS
		(A)	(B)	(A+B)
1990	28,22	16,45	55,33	71,78
1991	27,92	17,14	54,94	72,08
1992	24,88	14,55	60,57	75,12
1993	24,49	14,24	61,28	75,51
1994	25,65	15,99	58,36	74,35
1995	23,90	19,93	56,16	76,10
1996	25,97	17,80	56,23	74,03
1997	27,76	16,26	55,99	72,24
1998	25,70	16,07	58,22	74,30
1999	25,09	16,93	57,98	74,91
2000	23,44	15,86	60,70	76,56
2001	27,16	15,38	61,39	76,78
2002	28,77	15,21	56,01	71,22

Fonte: IPARDES – dados trabalhados pelas autoras

O quadro 2 acima nos mostra que houve uma mudança na composição das exportações brasileiras de 1999 em relação a 1990, onde os produtos industrializados passaram a representar a maior parte.

O comportamento do comércio exterior brasileiro, na década de 90, deve ser fragmentado em dois períodos, até 1994 e a partir de 1994. Inicia-se, em 1991 um processo de abertura da economia e liberalização comercial brasileira, via desregulamentação, redução das alíquotas de importação e introdução de programas de qualidade e competitividade das empresas e do Estado. Essa estratégia teve início no apagar das luzes da gestão Sarney, em 1989, foi mantida na administração Collor e acelerada em 1994, antecipando os acordos fixados no âmbito do Mercosul rumo à adoção da tarifa externa comum.

Essa primeira fase, compreendendo o período de 1991-1994, é quando a economia brasileira se recuperara do pior da recessão de 1990-91 provocada pelo Plano Collor. Um período de abertura, esta entendida como uma maior vinculação e exposição das importações e exportações de um país aos fluxos do comércio mundial. Ao lado de um crescimento muito acentuado das importações motivado pela redução de tarifas e remoção de barreiras não-tarifárias até então existentes. Neste período as exportações também crescem expressivamente (embora à uma taxa inferior à das importações), pois vigorou uma taxa de câmbio favorável às exportações, superando a média mundial. Trata-se, portanto, de um período em que se apresentavam fatores de relativo estímulo às exportações (câmbio) e às importações (abertura).

A partir de 1994, ocorre uma inversão dramática do sinal da taxa de câmbio, que, em função de uma forte sobrevalorização, passa a operar como desestímulo às exportações e soma-se aos incentivos da abertura, do financiamento externo e do crescimento econômico sobre as importações. Perde-se o duplo sentido da abertura. As importações continuam a acusar forte expansão (que incide agora sobre uma base mais expressiva), mas a inversão do sinal da taxa de câmbio, que, em função de uma forte sobrevalorização passa a operar como desestímulo às exportações e faz crescer muito menos do que no período anterior e abaixo da média mundial.

Quadro 3

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL – EM %			
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO
	MUNDO	BRASIL	BRASIL
1990/02	6,5	7,1	9,9
1990/94	7,8	7,7	12,0
1994/98	5,5	3,5	14,9
1998/02	3,3	3,6	-3,6

Fonte: IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Os dados, do quadro 3, não deixam margem a dúvidas de que ocorreu um grave retrocesso nas exportações brasileiras entre os períodos 1990-94 e 1994-98 .

Pelo critério das Vantagens Comparativas, segundo IEDI, no período 1990-94, é nítida a tendência de melhora da situação do comércio exterior brasileiro, uma tendência que foi revertida no período 1994-98. O número de setores com vantagem comparativa cresce no primeiro período, 1990-94, declinando muito fortemente no segundo período, 1994-98 devido, essencialmente, à desvalorização das taxas de câmbio em 1999 e, no terceiro período, recupera-se, embora não alcançando os níveis do primeiro período.

A comparação com outros países mostra que nos mesmos anos considerados, não se assistiu a uma trajetória como a verificada para o Brasil, ou seja, não se assistiu a uma queda tão acentuada de setores em que os países têm vantagem comparativa no comércio exterior.

Uma comparação muito importante diz respeito ao indicador que informa a participação no comércio mundial dos setores nos quais um país apresenta vantagem comparativa. Evidentemente, para um país, quanto maior a expressão no comércio mundial dos produtos que dispõe de vantagem comparativa, maior seu

potencial de exercer sua vantagem através de aumento de exportações e geração de saldos de comércio.

Um indício a mais do retrocesso verificado no comércio exterior brasileiro entre 1994 e 1998, o comércio mundial dos setores onde o país revelou ter vantagem comparativa correspondeu à apenas 32% do total em 1998, quando em 1990 ou 1994 esse percentual era de cerca de 40%. Nesse caso, o retrocesso brasileiro não tem paralelo na comparação com outros países. Alguns países registraram queda no período considerado – casos de Espanha e Índia – mas não com a mesma intensidade que o Brasil. (BRASIL - IEDI, 2000, p. 7).

Um balanço dos resultados e das tendências descritas para o comércio exterior merece ser discutido. O resultado comercial nos primeiros anos de 90 era formado do seguinte modo: em termos de setores de demanda crescente/decrescente no comércio mundial, os resultados entre um período e outro são: na pauta de exportação brasileira, os setores de demanda crescente no comércio mundial representavam 52% das exportações totais em 1991-94, reduzindo-se para 36% (1994-98). Conseqüentemente, quase 2/3 das exportações brasileiras no último período foram de produtos de demanda decrescente no mercado mundial.

Entre um período e outro, o Brasil passou a ser predominantemente um exportador de produtos de demanda decrescente no comércio mundial, enquanto permanecia como importador de produtos de demanda crescente.

O Brasil acumulava superávit em setores de demanda crescente e decrescente no mercado mundial, nos setores mais ou menos dinâmicos do mercado mundial, naturalmente nos setores onde tinha vantagem comparativa, em

setores de não alta ou média alta tecnologia, em alimentos, matérias-primas, em manufaturas por tipo de material e no setor de manufaturas em geral. Apresentava déficit nos setores de alta e média alta tecnologia, no setor de combustíveis, em química e no setor de maquinaria e material de transporte.

É importante assinalar que esse quadro não foi alterado em suas linhas gerais no primeiro período da abertura de importações, quando se deu o rápido rebaixamento das tarifas de importação, mas a taxa de câmbio não estava sobrevalorizada. O quadro se alteraria no período seguinte, quando não mais preponderou a abertura mediante os instrumentos clássicos de tarifas, mas sim a política de sobrevalorização cambial.

O resultado comercial – que transita, no agregado, de grande superávit para volumoso déficit – segundo estudos do IEDI, apresenta as seguintes características:

- O superávit do período anterior em produtos de demanda crescente no mercado mundial cede lugar a volumoso déficit; onde o resultado comercial que se conserva superavitário é em produtos de demanda decrescente;

- O país passa a acumular déficits nos setores muito dinâmicos e dinâmicos do comércio internacional; os superávits passam a ficar restritos a setores intermediários e em regressão (de demanda decrescente);

- O balanço do comércio de produtos de maior intensidade tecnológica torna-se muito mais deficitário e cai pela metade o superávit em produtos de tecnologia não-alta ou média-alta;

- O déficit também se amplia consideravelmente no setor químico e em maquinaria e material de transporte, resultando na passagem de superávit para déficit em manufaturas;

Acrescentando à análise os dados para os setores de mais altos coeficientes de importação e exportação, podemos completar o quadro acima com as seguintes considerações adicionais:

- O país que era superavitário em setores de alto coeficiente de penetração de importações (relação importação/produção), ou seja, os setores de maior potencial de produtividade e competitividade, se voltados à exportação, passam a gerar déficits muito altos, dado a sua grande participação no crescimento de importações e baixa (ou até redução) participação nas exportações;

- Até os setores com alto grau de abertura (relação exportação/produto) transitam da condição de geradores de (expressivo) superávit para a de setores deficitários no balanço comercial;

- Os dados mostram que a origem do déficit, em ambos os casos, reside nos setores intensivos em tecnologia, nos setores de alto coeficiente de importação e nos setores intensivos em capital (segmentos da indústria química são os destaques).

Portanto, o país passa a ser altamente deficitário em produtos de demanda crescente, em setores de maior dinamismo no comércio mundial, em setores de mais elevada tecnologia, em manufaturas, em setores de grande potencial de produtividade e competitividade de exportação (setores de mais alto coeficiente de importação) e até os setores exportadores (os de mais alto coeficiente exportação/produção), produtos estes de maior valor agregado e menos sujeitos às oscilações de preço para baixo. Conserva-se superavitário em produtos de demanda decrescente, em setores intermediários e em regressão no comércio mundial, em segmentos de menor intensidade tecnológica, em alimentos e matérias-primas e em

produtos manufaturados com base em recursos naturais, produtos estes mais sujeitos a oscilações de preços no mercado mundial.

Em janeiro de 1999, através da extinção das bandas cambiais, esperava-se que os efeitos negativos do cenário mundial (crises da Ásia, Rússia, México e Argentina) fossem atenuados por uma resposta em curto prazo em termos de aumento das exportações, tendo em vista o ganho de competitividade atribuído aos produtos brasileiros, via desvalorização da moeda. Entretanto, essa assimilação não ocorreu na proporção esperada. Ao contrário, acabou gerando sérios conflitos no âmbito do bloco Mercosul, envolvendo os principais membros (Brasil e Argentina) e, conseqüentemente, provocando contração no intercâmbio comercial com o bloco.

Essa tendência culminou com o saldo deficitário da balança comercial brasileira de US\$ 1.199 milhões em 1999, quando apresentou exportações de US\$ 48.011 milhões e as importações US\$ 49.210 milhões. Embora esse resultado seja positivo, dado que aponta para uma reversão da tendência de déficits crescentes, não permite maior entusiasmo, uma vez que a redução no déficit em 1999, decorreu mais diretamente do declínio acentuado das importações (14,76%), do que de um impulso das exportações, que, ao contrário, também apresentaram queda, se bem que de menor intensidade (6,12%).

O tímido desempenho do comércio exterior brasileiro em 1999 revela que os efeitos da retração no valor das trocas internacionais no ano anterior ainda não foram superados, embora, em âmbito mundial o crescimento de 3,25% nas exportações mostre uma recuperação. Vale lembrar que esse quadro foi motivado pelo desencadeamento das crises ocorridas principalmente no sudeste asiático e na

Rússia, as quais repercutiram não só nos países industrializados, mas também, com maior ênfase, nas principais economias da América Latina.

Além da retração na demanda dos mercados, os reflexos das crises traduziram-se na redução das linhas de financiamento que dão suporte à atividade exportadora. Segundo dados do Banco Central, em 1999, houve uma redução de 25,2% nas contratações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC), principal mecanismo privado para o financiamento das exportações.

Adicionalmente, o forte declínio nos preços das mais importantes *commodities* que integram a pauta exportadora concorreu sobremaneira para o comprometimento das exportações brasileiras. Tomando-se como referência às exportações brasileiras e as importações dos principais países importadores de produtos do complexo soja, verifica-se que as variações sob o ponto de vista de valor e de quantidade revelaram-se bastante distintas. Enquanto no Brasil a queda nas exportações em termos de receita foi de 6,12% e de quantidade de 0,7%, na Holanda, principal mercado comprador da soja brasileira, as importações registraram acréscimo de 1% em valor e de 4,4% em quantidade. Assim, torna-se nítida a deterioração nas relações de troca, em que para se manter o nível de receita há, necessariamente, que se ampliar a quantidade exportada. O fato repercute no equilíbrio do balanço de pagamentos do País, visto que um dos meios de alcançá-lo está na obtenção de superávits na balança comercial, o que exige maior esforço.

4.2. EXPORTAÇÕES PARANAENSES

O expressivo crescimento na exportação, no período 1990-98, quadro 4, demonstra a efetiva inserção do Brasil e do Paraná no comércio mundial. Acrescente-se que o Estado mostrou desempenho mais eficiente, pois sua taxa

média anual de crescimento girou em torno de 11,8%, contra 6,4% do País. Tal afirmativa é comprovada através da evolução da corrente de comércio. Entre 1990 e 1998, a corrente de comércio paranaense cresceu em média 16,8% enquanto a brasileira cresceu apenas 10,0%.

A peculiaridade do Estado de grande exportador agrícola proporcionou em 1996 a reversão do quadro desfavorável observado em 1995, ano em que os produtores enfrentaram dificuldades diante da denominada "âncora verde" e as indefinições na política agrícola nacional. A alta nas cotações das *commodities* agrícolas, especificamente a soja, aliada a produção recorde no Estado, possibilitou elevada rentabilidade na comercialização do grão e garantiu posição diferenciada ao Paraná, ratificada pelo crescimento de apenas 2,7% das exportações brasileiras, enquanto as paranaenses cresceram 18,9%.

O bom desempenho das exportações de produtos básicos (entre os quais estão a soja e a carne de frango) fez o governo federal concentrar seus esforços no estímulo à venda desses produtos, para atenuar o desequilíbrio da balança comercial brasileira ante o forte impulso das importações, motivado pela abertura econômica e pela desvalorização cambial. Neste sentido, registre-se a aprovação da Lei Kandir, que prevê alterações nas regras do ICMS, sobretudo a isenção desse tributo sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados.

Distintamente do comércio exterior brasileiro, no Paraná houve não apenas retração nas exportações, mas também aumento nos gastos com importações, o que acarretou redução abrupta no saldo da Balança comercial em 1998, decorrente da combinação de fatores tanto de caráter estrutural, quanto predominantemente conjuntural. O acréscimo das importações, em 1998, está estreitamente ligado ao

início das montadoras instaladas no Estado. Aumento este decorrente da política adotada pelo Governo no sentido de intensificar a participação dos produtos de maior dinamismo - industrializados - na pauta exportadora do Estado, essa alteração no perfil das vendas externas traduz-se numa melhora qualitativa, visto que os industrializados possuem maior nível de agregação na atividade econômica e menor suscetibilidade a oscilações no mercado internacional.

Quadro 4

EXPORTAÇÕES PARANAENSES POR FATOR AGREGADO 1990-2002

ANOS	BÁSICOS	INDUSTRIALIZADOS			TOTAL
		SEMIFATURADOS	MANUFATURADOS	INDUSTRIALIZADOS	
	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)	US\$ FOB (mil)
1990	1.035.355	203.537	618.389	821.926	1.857.281
1991	939.381	178.801	675.824	854.625	1.794.006
1992	1.071.499	206.641	818.940	1.025.581	2.097.080
1993	1.193.061	192.236	1.080.298	1.272.534	2.465.55
1994	1.460.149	487.515	1.537.436	2.024.951	3.485.100
1995	1.439.671	647.327	1.461.837	2.109.164	3.548.835
1996	2.080.774	577.509	1.562.648	2.140.157	4.220.931
1997	2.524.244	560.261	1.740.800	2.301.061	4.825.305
1998	1.918.579	665.063	1.614.167	2.279.230	4.197.809
1999	1.735.679	626.797	1.528.134	2.154.931	3.890.610
2000	1.661.224	498.625	2.156.708	2.655.333	4.316.557
2001	2.280.929	561.244	2.414.089	2.975.333	5.256.262
2002	2.383.978	668.790	2.574.063	3.242.853	5.626.831

Fonte: IPARDES - Dados trabalhados pelas autoras

Analisando o quadro acima, podemos perceber que o desempenho das exportações paranaenses no período estudado acompanha basicamente o desempenho das exportações brasileiras, embora apresentando maior vigor, com os industrializados superando os básicos apenas a partir de 1998, continuando assim até o final do período. A maior relação industrializados/básicos ocorre em 2002, final do período estudado.

Quadro 5

**PERCENTUAL DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES
POR FATOR AGREGADO 1990-2002**

ANOS	BÁSICOS	INDUSTRIALIZADOS		TOTAL DOS INDUSTRIALIZADOS (A+B)
		SEMIFATURADOS (A)	MANUFATURADOS (B)	
1990	55,75	10,96	33,30	44,25
1991	52,36	9,97	37,67	47,64
1992	51,09	9,85	39,05	48,91
1993	48,39	7,80	43,81	51,61
1994	41,90	13,99	44,11	58,10
1995	40,57	18,24	41,19	59,43
1996	49,30	13,68	37,02	50,70
1997	52,31	11,61	36,08	47,69
1998	45,70	15,84	38,45	54,30
1999	44,61	16,11	39,28	55,39
2000	38,48	11,55	49,96	61,52
2001	43,39	10,68	45,93	56,61
2002	42,37	11,88	45,75	57,63

Fonte: IPARDES – Dados trabalhados pelas autoras

Analisando o período 1990-2002, como um todo, além do aumento nas exportações paranaenses, verificam-se algumas mudanças no perfil das vendas do Estado. Destaca-se que a presença significativa dos produtos básicos na pauta exportadora vem gradativamente cedendo espaço aos bens industrializados – distribuídos em semimanufaturados e manufaturados. Em 1990, os básicos representavam 55,75% das vendas do Estado destinadas ao exterior, contra 44,25% dos industrializados. Esse perfil foi se alterando ao longo da década, com os básicos passando a responder por 44,6% das exportações estaduais, e os industrializados 55,4%, em 1999. Embora a participação dos produtos básicos seja ainda muito representativa, considerando que em nível nacional tais produtos representam cerca

25% das exportações totais, observa-se que esta participação vem declinando. Certamente o fato de o Estado destacar-se como um dos principais produtores de bens agrícolas do País impõe ritmo mais lento a essa tendência, exigindo, portanto, não só incremento na produção industrial, mas também maior ousadia na adoção de estratégias visando atender ao mercado externo.

A principal preocupação quanto à expressiva participação de produtos básicos na pauta exportadora consiste no grande comprometimento e vulnerabilidade do desempenho exportador do Estado diante de fatores exógenos, como a variação nos preços internacionais, os quais são orientados segundo o comportamento da oferta e da demanda no mercado mundial. No Paraná, em particular, há grande predomínio de produtos do complexo soja na composição do rol dos básicos, tornando o resultado das exportações ainda mais sensível às cotações internacionais.

Nesse sentido, destaca-se, que as maiores variações registradas no desempenho das exportações foram explicadas pela conjuntura dos preços das principais *commodities*, dentre as quais, no caso do Paraná, a grande referência é o complexo soja. Por exemplo, entre 1992 e 1994, a combinação entre aumento da quantidade exportada e recuperação dos preços da soja garantiu às exportações paranaenses taxas médias de crescimento superiores a 15%. Já em 1995, com a queda nos preços da soja e farelo houve redução de 1,73%. Acrescente-se que, nesse ano fatores internos, resultantes da política macroeconômica brasileira, refletiram negativamente no resultado das exportações notadamente em relação à etapa de comercialização de produtos agrícolas. Novamente em 1996 e 1997, a ascensão dos preços da soja provocou a retomada do ritmo de crescimento (18,9%

e 14,3%, respectivamente), voltando a declinar em 1998, quando outra queda nos preços fez com que as exportações paranaenses recuassem 14,9%.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, em seu boletim exportações paranaenses, segundo principais grupos de produtos, o complexo soja representou no período 1995-1998, entre 43,6% e 49,52% da pauta de exportações paranaenses e, segundo WOSCH (2003, p. 11) referindo-se ao período de 1990 a 2002 “...manteve-se na liderança da pauta de exportações paranaenses durante todo o período em análise, apesar da perda de representatividade, principalmente nos últimos quatro anos da série. Não se pode negar que a participação destacada da soja foi um elemento determinante para o desempenho das exportações totais do Estado.”

Constata-se, portanto, que a oscilação no desempenho das exportações é freqüente, cabendo salientar que, como efeito contrário à ocorrência de resultados positivos, por conta de um cenário externo favorável, prevalece uma tendência natural de se inibir ou pelo menos postergar ações direcionadas a garantir maior adensamento da pauta exportadora, com destaque para a inclusão de produtos de maior grau de elaboração.

Cabe destacar que o gênero fumo encerra em 1998 sua participação relevante no total das exportações paranaenses. A unidade da Philip Morris, praticamente a única representante do setor no Estado, anunciou o encerramento de suas atividades após uma série de pedidos de compras cancelados, motivados, sobretudo pela crise econômica enfrentada pela Rússia, um dos principais mercados de atuação da empresa. O impacto de tal medida deve representar, em períodos subseqüentes uma redução superior a 5% no total das exportações do Estado, uma

vez que o montante de US\$ 218 milhões registrados por este segmento industrial em 1998.

O saldo das relações comerciais do Estado, com o restante do mundo, atingiu US\$ 233 milhões, em 1999, mostrando recuperação em relação ao ano anterior, quando totalizou apenas US\$ 165 milhões. Esse saldo relativamente pequeno, comparativamente com resultados anteriores a 1997, é reflexo da mudança no perfil econômico do Estado, ao qual se agregaram com peso significativo as montadoras de automóveis recém instaladas e a respectiva rede de fornecedores, cuja capacidade instalada ainda não opera em sua plenitude, implicando dessa forma em maiores importações em relação às exportações. Essa mudança tem intensificado o intercâmbio de materiais de transportes, notadamente com os países do Mercosul, bloco que se consolidou como um dos fatores de atração de novos investimentos realizados no Estado a partir de meados dos anos 90.

Os produtos do complexo soja respondem tradicionalmente por quase metade das exportações do Estado. Em 1999, os embarques representaram US\$ 1,667 milhão, representando 42,4% das exportações paranaenses. Deste montante, a maior parcela coube ao farelo (US\$ 682 milhões), seguido do produto em grão (US\$ 604 milhões) e óleo (US\$ 381 milhões). (Paraná Comércio Exterior, n. ° 4, 2000 - IPARDES). Com exceção das vendas de óleo refinado, cuja receita ampliou-se em 13,8%, os demais produtos registraram quedas significativas, tendo como causa comum a retração nos preços que se situaram, em média, 25% abaixo daqueles vigentes em 1998.

Na condição de segundo principal grupo de produtos na pauta de exportações do Estado, as vendas de madeira cresceram 48,8% em 1999, somando US\$ 462 milhões e respondendo por cerca de 11,7% do total das exportações paranaenses. (Paraná Comércio Exterior, n. ° 4, 2000 - IPARDES)

Em síntese, percebe-se que a concentração de produtos e mercados constitui a principal característica das exportações paranaenses, fenômeno este determinado basicamente pela preponderância do complexo soja. Considerando que tal situação pouco se modificou nos anos 90, torna-se imperativo estabelecer maior dinamismo visando ao adensamento da pauta de exportação – preferencialmente com a inclusão de itens industrializados - com o intuito de amenizar os efeitos negativos oriundos do ambiente externo ao desempenho exportador do Estado.

4.3. REFLEXOS NA ARRECADAÇÃO PARANAENSE

No intuito de demonstrar que as mudanças nas políticas de incentivos a determinados setores econômicos determinam alterações no perfil econômico de um estado ou país e que o comércio internacional espelha essa mudança, pesquisou-se as exportações brasileiras e paranaenses, no período de 1990 a 2002. Durante esse período denota-se que até o ano de 1997, as exportações paranaenses de produtos agrícolas sobrepõem em valores, as exportações de produtos industrializados. A partir de 1998, essa relação se inverte, passando a predominar de maneira crescente, as exportações de produtos industrializados, conforme até aqui demonstrado.

No caso brasileiro, no mesmo período, as exportações de produtos industrializados são sempre superiores às de produtos agrícolas, variando apenas em percentuais de participação, sem alterar o perfil, como é o caso do Paraná.

Todo esse movimento econômico de incentivos e atração de indústrias para o estado motivou um expressivo aumento da arrecadação de impostos sobre a circulação de mercadorias nas operações anteriores às exportações, já que essas são, por legislação recente, desagravadas. O ICMS imposto mais importante do nosso Sistema Tributário por incidir sobre a quase totalidade de bens e sobre alguns serviços (comunicação e transporte intermunicipal e interestadual) oferece, de certa forma, uma visão aproximada do comportamento da atividade econômica. O imposto é sensível às oscilações da conjuntura econômica, "... refletindo rapidamente os ciclos de expansão ou contração dos negócios". BORDIN (2003, p.6). Para este autor, entretanto, a comparação entre as taxas de crescimento do PIB e do imposto requer cautela. Essas taxas de crescimento podem ser comparadas, muito embora a base do imposto não seja a mesma do que a do PIB.

Assim sendo, demonstra-se, abaixo, a evolução da arrecadação, no período de 1994 a 2002. Os exercícios anteriores do período total analisado deixam de ser demonstrados devido à alteração do padrão monetário.

Quadro 6

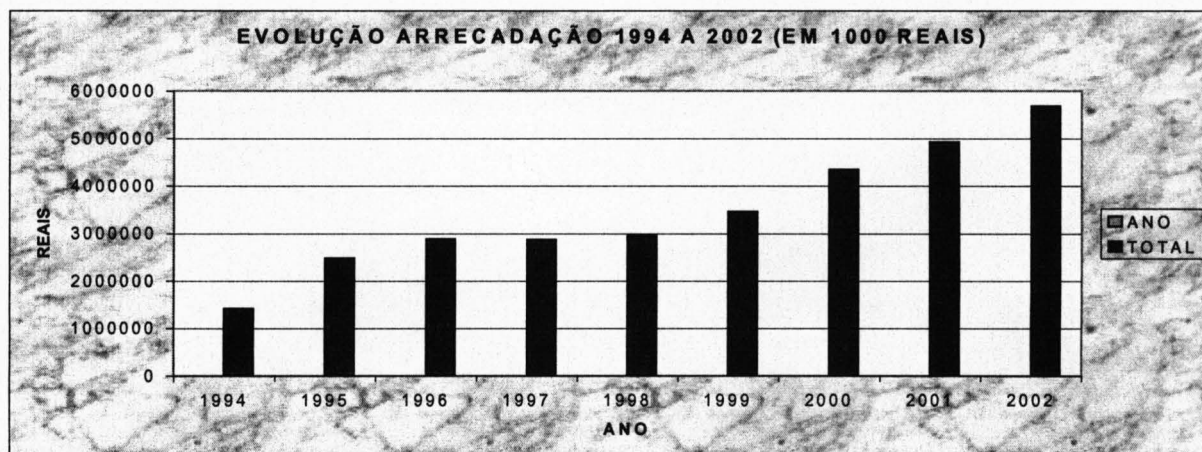
ARRECADAÇÃO - PARANÁ	
ANO	TOTAL
1994	1.414.868,46
1995	2.474.941,64
1996	2.881.820,66
1997	2.871.298,32
1998	2.952.611,28
1999	3.458.836,81
2000	4.348.910,90
2001	4.927.016,51
2002	5.680.833,96

Fonte: SEFA-CRE – Dados trabalhados pelas autoras

Como se pode observar na Quadro 6 a arrecadação de 1994 a 2002 quadruplicou em valores nominais. Coincidentemente, a partir de 1998 a aceleração

de crescimento da arrecadação é maior que nos anos anteriores, tendo já sido descrito que no ano de 1998, ocorreu, também, a reversão das exportações para predominância dos produtos industrializados. A Figura 1, abaixo, demonstra graficamente o que foi exposto.

Figura 1



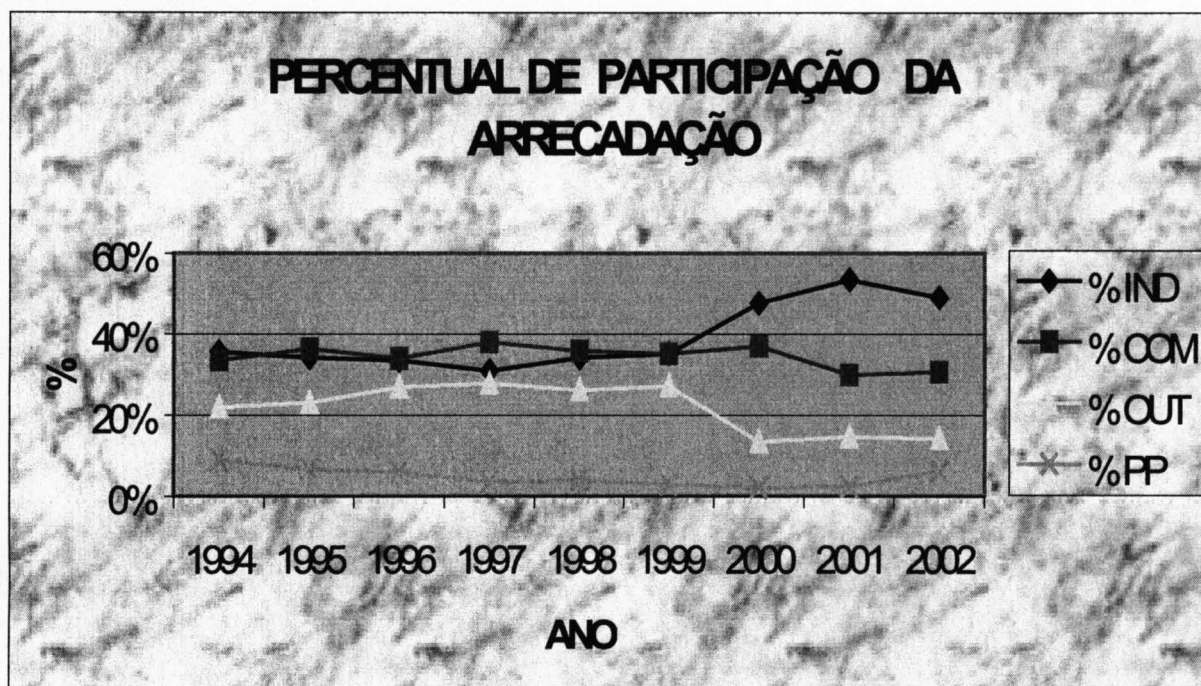
Quadro 7

ARRECADAÇÃO POR SETORES									
Por 1000									
ANO	IND	% IND	COM	% COM	OUT	% OUT	PP	% PP	TOTAL
1994	497.118	35%	469.870	33%	311.725	22%	126.268	9%	1.404.980
1995	843.508	34%	897.900	36%	572.275	23%	161.256	7%	2.474.939
1996	953.389	33%	973.037	34%	768.526	27%	167.420	6%	2.862.371
1997	886.156	31%	1.085.302	38%	798.622	28%	101.216	4%	2.871.296
1998	1.009.086	34%	1.057.291	36%	771.205	26%	115.014	4%	2.952.596
1999	1.212.306	35%	1.212.560	35%	939.188	27%	94.780	3%	3.458.835
2000	2.001.463	48%	1.553.480	37%	561.430	13%	85.626	2%	4.201.998
2001	2.626.545	53%	1.466.863	30%	718.919	15%	114.688	2%	4.927.015
2002	2.783.788	49%	1.743.462	31%	804.334	14%	349.248	6%	5.680.832

Fonte: SEFA-CRE – Dados trabalhados pelas autoras

O Quadro 7 demonstra que na arrecadação discriminada por setores, (Indústria, Comércio, Outros e Produtos Primários), a Indústria até 1998 tinha uma participação de 34% do total, e, em relação ao Comércio apresentava-se ligeiramente inferior. A partir de 1999, no entanto, reverte-se esta situação, de forma crescente até o exercício de 2001, quando há um ligeiro decréscimo de aceleração da arrecadação, tanto na Indústria, como no Comércio, em 2002.

Figura 2



Na Figura 2, acima, visualiza-se este fenômeno, observando-se a diminuição das taxas de crescimento, tanto da Indústria como do Comércio a partir de 2001.

BORDIN (2003, p. 11) diz que, no caso brasileiro, "... o comportamento da arrecadação do ICMS foi positivo na maioria dos estados..." o desempenho do ICMS nos últimos anos alterou a participação relativa dos Estados no "bolo" do ICMS.

Quadro 8

PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO ICMS BRASIL DE ESTADOS SELECIONADOS EM %							
ANOS	RS	SC	PR	SP	RJ	MG	BA
1990	7,8	3,6	5,5	40,0	9,2	9,2	4,5
1991	7,7	3,4	5,6	38,5	10,4	9,8	4,5
1992	7,9	3,4	5,5	38,2	10,4	10,2	4,5
1993	8,3	3,4	5,4	38,5	9,6	9,9	4,7
1994	8,3	3,6	5,5	37,6	9,5	10,1	4,6
1995	7,4	3,6	5,2	38,5	9,6	9,8	4,4
1996	7,2	3,4	5,1	38,5	9,4	9,7	4,6
1997	6,7	3,4	4,8	39,5	8,8	9,5	4,3
1998	6,9	3,3	4,8	38,3	10,4	9,0	4,5
1999	6,9	3,4	5,1	37,2	10,7	9,5	4,5
2000	6,9	3,4	5,3	37,2	9,9	9,2	4,6
2001	7,1	3,5	5,3	35,7	9,9	9,8	4,5
2002	7,1	3,7	5,5	35,4	9,9	9,1	4,9

Fonte: Confaz – Dados trabalhados pelas autoras

Os dados do quadro acima mostram que, até 1994, os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais tiveram boas performances, acima da média nacional, demonstrando grande evolução em relação ao período de vigência do então ICM. O Rio Grande do Sul, vis a vis aos demais Estados, diminuiu seu ritmo de crescimento a partir de 1994.

Dos principais Estados brasileiros, o Rio de Janeiro nos últimos anos vem apresentando um crescimento considerável na sua participação. Comparando com o Estado de Minas Gerais, o Rio de Janeiro vem evoluindo de forma a tomar a segunda colocação anteriormente ocupada por Minas. Salienta-se também o moderado desempenho do estado do Paraná que em contrapartida aos grandes investimentos feitos ao longo dos anos, pelo Estado, permanece como o quinto Estado em arrecadação.

5. CONCLUSÕES

Analisando o comércio exterior brasileiro no período de 1990 a 2002, de maneira global, constata-se que o país passa a ser altamente deficitário em produtos de demanda crescente, em setores de maior dinamismo no comércio mundial, em setores de mais elevada tecnologia, em manufaturas, em setores de grande potencial de produtividade e competitividade de exportação. Conserva-se superavitário em produtos de demanda decrescente, em setores intermediários e em regressão no comércio mundial, em segmentos de menor intensidade tecnológica, em alimentos e matérias-primas e em produtos manufaturados com base em recursos naturais, produtos estes mais sujeitos a oscilações de preços no mercado mundial.

No caso particular do Estado do Paraná constatam-se, além do aumento nas exportações, algumas mudanças no perfil das vendas externas do Estado. Destaca-se que a presença significativa dos produtos básicos na pauta exportadora vem gradativamente cedendo espaço aos bens industrializados – distribuídos em semimanufaturados e manufaturados. Em 1990, os básicos representavam 55,75% das vendas do Estado destinadas ao exterior, contra 44,25% dos industrializados. Esse perfil sofreu alterações ao longo do período, com os básicos passando a responder por 45,70% das exportações estaduais, e os industrializados 54,30%, em 1998, terminando o período estudado, 2002, com a participação de 42,37% dos básicos e 57,63% dos industrializados, frisando-se que o melhor desempenho do setor industrial nas exportações paranaenses tenha sido o de 2000, quando os produtos básicos responderam por 38,48%, enquanto os produtos industrializados por 61,52%. Embora a participação dos produtos básicos seja ainda muito

representativa, considerando que em nível nacional tais produtos representam cerca de 28,77% das exportações totais, observa-se que esta participação vinha declinando até 2000, quando voltou a crescer até 2002. Certamente o fato de o Estado do Paraná destacar-se como um dos principais produtores de bens agrícolas do País impõe ritmo mais lento a essa tendência, exigindo, portanto, não só incremento na produção industrial, mas também maior ousadia na adoção de estratégias visando atender ao mercado externo.

A principal preocupação quanto à expressiva participação de produtos básicos na pauta exportadora consiste no grande comprometimento e vulnerabilidade do desempenho exportador do Estado diante de fatores exógenos, como a variação nos preços internacionais, os quais são orientados segundo o comportamento da oferta e da demanda no mercado mundial. No Paraná, em particular, há grande predomínio de produtos do complexo soja na composição do rol dos básicos, tornando o resultado das exportações ainda mais sensível às cotações internacionais.

Analisando a performance do Brasil e do Paraná no período estudado, considera-se que o Brasil se encontra numa fase de regressão de sua participação no mercado mundial, pois sua pauta de exportações baseia-se em produtos de demanda decrescente, enquanto o Paraná, vem ao longo do mesmo período, diminuindo sua dependência dos básicos e aumentando a porcentagem dos produtos industrializados na sua pauta de exportação, revelando uma mudança, embora ainda pequena, no seu perfil de exportação.

As afirmações acima encontram respaldo nos índices de desempenho das exportações paranaenses frente às brasileiras. Enquanto as exportações globais do

país no período pesquisado cresceram 81,9%, as do Paraná cresceram 203,0%. Esse desempenho paranaense confirma-se ao se analisar a performance dos principais fatores econômicos agregados. Embora a evolução das exportações dos produtos básicos paranaenses tenha sido de 130,0%, contra 75,0% do país, o maior diferencial encontra-se nos produtos industrializados, onde o Paraná cresceu 294,0% e o Brasil apenas 130,0%.

O perfil de evolução do setor industrial sobre o básico, coloca a política governamental de incentivo à industrialização do Estado em alinhamento com as modernas Teorias de Comércio Exterior, política essa que substitui na composição da cesta de produtos exportados, os básicos, que são mais sujeitos as oscilações do mercado internacional, pelos industrializados, de maior valor agregado e de demanda crescente no mercado internacional.

Há de se considerar, que este crescimento considerável na participação dos industrializados nas exportações paranaenses deve-se, em grande parte, à instalação das montadoras automotivas e suas respectivas fornecedoras. Outro aspecto contribui para expectativas positivas: as montadoras paranaenses, por terem sido recentemente instaladas, dispõem da mais moderna tecnologia mundial, garantindo assim diferenciais competitivos positivos não só em relação ao mercado interno, como também em relação ao mercado mundial.

Os esforços governamentais dirigidos no sentido do aumento da produção industrial, esta maior agregadora de valores que a produção agrícola, certamente culmina em ganhos sociais, advindos do aumento do número de empregos, dos níveis salariais e da arrecadação de impostos estaduais que, de forma incisiva, reverte em benefícios sociais.

Finalmente, a manutenção da política de industrialização do Estado, via incentivos, levará o Estado do Paraná a uma situação de menor dependência às flutuações dos preços dos produtos básicos no comércio mundial, garantindo, cada vez mais, melhores resultados na Balança Comercial não só do Estado, como também contribuirá na melhoria do resultado do país como um todo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LOPES, N. **Tributação no Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 1999

BORDIN, L. C. V. **Carga Tributária e Evolução do ICMS no Brasil**. In: Estudos Econômico-Fiscais, n. 6, jan. 2003.

BRASIL. INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Abertura, Política Cambial e Comércio Exterior Brasileiro - Lições dos anos 90 e Pontos de uma Agenda para a Próxima Década**. Brasil. 2000.

CARDOSO, F. H. **Desenvolvimento: o mais político dos temas**. Revista Economia Política. Vol. 15, nº 4(60) – Out-Dez/1995.

LOURENÇO, G. M. **A Economia Paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. Do Autor. 2000.

MEDEIROS, N. H., MOTOMURA, E. P. e REIS, S.V. **Agricultura Norte-Paranaense: Alguns Aspectos Sócio-Econômico**. **Economia em Revista**. Vol. 6, n. 2, p.43-56, 1998.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná**. São Paulo. Hucitec. 1981.

PARANÁ. IPARDES. **Balança comercial do Paraná em 1997**. **Paraná - Comércio Exterior**, n. I, p.4-10, 1997.

PARANÁ. IPARDES. **Paraná Comércio Exterior**, n. I 1997, II 1998, III 1999, IV 2000, V 2001 e VI 2003.

PEREIRA, L. B., **Análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense, período 1970 – 85**. in: XXXII CONGRESSO SOBAR, Brasília, 1994.

PINTO, A. & FREDES, C. **Curso de Economia**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970, 215 p.

ROLIM, C. F. C. O Paraná Urbano e o Paraná Agrobusiness: As Dificuldades para a Formulação de um Projeto Político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 86, 1995, p. 49-99.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

VASCONCELLOS, M. A. S de. **Economia Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2000, 425 p.

_____ & GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2001, 240 p.

WOSH, L. F. O. Dinâmica das exportações Paranaenses nos Anos Recentes. **Análise Conjuntural**, v. 25, n. 5-6, 2003.